A EXPANSÃO E A REPRESSÃO POR IMAGENS: UMA DISCUSSÃO SITUADA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

EXPANSION AND REPRESSION TROUGH IMAGES: A SITUATED DISCUSSION AT THE BRAZIL-URUGUAY BORDER

EXPANSIÓN Y REPRESIÓN POR IMÁGENES: UNA DISCUSIÓN SITUADA EN LA FRONTERA BRASIL-URUGUAY

Adriana Dorfman[1]
Arthur Borba Colen França[2]
Luciana Soldera Corseuil[3]

Resumo: Este artigo discute as imagens que são projetadas sobre as cidades situadas na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, relativizadas a partir dos conceitos de *punctum* e *studium* e da teoria situada. Estas imagens representam os trânsitos fronteiriços, ora como uma indicação de costumes tradicionais, integração e paz, ora como um problema de segurança nacional e pública a ser controlado por meio da instalação de câmeras de videomonitoramento. Em 2013, uma portaria do Ministério da Justiça do Brasil habilitou processos de instalação de câmeras de videomonitoramento, no âmbito da Estratégia Nacional de Fronteiras. Por meio de trabalhos de campo, revisão de bibliografia e do acompanhamento das normativas, concluiu-se que a violência presente na fronteira gaúcha, ligada a situações domésticas e familiares, não pode ser diminuída apenas com a instalação de câmeras. Assim, a imagem da violência produzida pelas câmeras não corresponde à verdade da violência nessas cidades de fronteira e amplia a estigmatização da região.

Palavras-chaves: controle, vigilância, fronteiras, estética, câmeras de segurança.

Abstract: This paper discusses the images that derive from and can be projected over the cities located on the Brazil-Uruguay border, analyzed with the aid of Roland Barthes' concepts of *punctum* and *studium* and Haraway's situated knowledge theory. These images represent the

1 AGB – Seção local Porto Alegre / E-mail: adriana.dorfman@ufrgs.br
2 AGB – Seção local Porto Alegre / E-mail: arthurborba@outlook.com
3 AGB – Seção local Porto Alegre / E-mail: piratadelestrecho.o@gmail.com

Terra-Livre-40.indd 43 23/07/2014 18:04:02

border transit sometimes as an indication of traditions, customs, integration, and peace, sometimes as a national and public security issue to be controlled through video surveillance systems. In 2003 Brazil's Ministry of Justice issued a ministerial order approving the setting-up of video surveillance cameras as part of the National Border Strategy. Fieldwork and bibliography revision – as well as observation of the follow-up stage of the approval of such order – lead to the conclusion that the ongoing violence in the Rio Grande do Sul border cannot be tackled only through the setting-up of camera systems since it is mainly connected with domestic and family issues. Thus, the image of violence captured by these cameras does not correspond to the real violence in the border cities; in fact, it broadens the stigmatization of the region.

Keywords: surveillance, borders, control, aesthetics, security cameras.

Resumen: El texto discute imagines que derivan de y pueden ser proyectadas sobre ciudades situadas en la frontera Brasil-Uruguay, pensadas a partir de los conceptos de *punctum* y *studium* y de la teoria situada. Esas imágenes oscilan entre representar a los tránsitos fronterizos como una indicación de costumbres tradicionales, integración y paz o como un problema de seguridad nacional y publica a ser controlado a través de la instalación de cameras de video-monitoria. En 2013, una portaría del Ministerio de la Justicia de Brasil habilitó procesos de instalación de tales cameras en perímetro urbano en el marco de la Estrategia Nacional de Fronteras. A través de trabajos de campo, revisión bibliográfica y de la análisis de las normativas y de su implementación, concluimos que la violencia presente en la frontera gaucha ligada a situaciones domesticas no podrá ser disminuida apenas con la instalación de cameras de control del espacio público. Por lo tanto, la imagen de la violencia producida por las cameras no corresponde a la verdad de la violencia en esas ciudades de frontera; la misma imagen amplia la estigmatización de la región.

Palabras clave: control, vigilancia, fronteras, estetica, camaras de seguridad.

INTRODUÇÃO – *Procedimento de abertura: a imagem como expansão e como repressão*

Este artigo visou a analisar questionamentos que surgiram durante uma aula, quando, ao olharmos imagens, sentimos a necessidade de nos instrumentalizar na chamada "leitura imagética". Pelas imagens, fomos levados a espalhar por nosso campo de trabalho algumas premissas básicas e referências topológicas. Era disto que se tratava: de expandir ideias, compô-las junto com outras, seguir o fio de seus pensares e descobrir onde elas poderiam desembocar, em procedimentos de texto e também procedimentos de imagens sempre expansivos.

Terra-Livre-40.indd 44 23/07/2014 18:04:02

Depois de definir estratégias de subjetivação das imagens, o movimento analítico se fez político, porque ultrapassou o plano ideal ao se situar diante da discussão da instalação de câmeras de vigilância privadas e públicas, nas cidades de fronteira do Brasil com o Uruguai. As premissas estabelecidas para a leitura imagética, em sala de aula, foram postas à prova diante da necessidade de compreender o processo de cercamento eletrônico da fronteira, isto é, a instalação de câmeras de vigilância em algumas das cidades lá situadas.

Transitando na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nosso olhar se alçou. Nos acostumamos a levantá-lo do papel e do nível dos olhos aos postes, aos cantos altos. Os olhos que nos olhavam se multiplicaram e nossos hábitos de olhar passaram a incluir as câmeras de vigilância. Fomos interrogados pelos discursos que as justificavam. Não era mais a imagem expansiva a nos impulsionar, mas uma imagem repressiva que buscava nos enquadrar, classificar, e que poderia nos aprisionar.

Reagimos, cartografamos o controle. O presente artigo registra este movimento, claramente, em dois momentos. De início, seguimos as linhas propostas por autores que interrogavam dialogicamente as imagens, que as incorporavam como ampliação de subjetividade, pausando sobre elas e as deixando falar além de uma aparente obviedade. Na sequência, e por reação às imagens que eram instrumentos de controle, nas quais somos objetos capturados em nosso movimento, reivindicamos nossas prerrogativas interpretativas. Expandimos nossa análise de uma imagem ao situá-la em sua região geográfica, num território que não é mais só nosso, mas que também o é.

PRIMEIRO MOVIMENTO – *expandir as imagens*

Imagens, palavras, espaços, ou o que quer que seja, a proposta inicial deste trabalho é criar rachaduras no sentido sólido e redondo das imagens, num procedimento de ampliação, de multiplicação, de proliferação, tanto de sentidos como de sensações. Expandir o detalhe.

Pensemos com algo bem simples: uma fotografia que se tira de uma área de fronteira, imagem turística ou artística de um cotidiano qualquer, que, por uma palavra que se atravesse – *fronteira*, *contrabando*, *lei* –, dá voz a detalhes que calam, e a expressões de um território particular, presentes na paisagem. Se não se sabe que aquela área é uma fronteira (uma divisão e um contato), um marco de fronteira poderia ser apenas um desajeitado menir em um gramado qualquer. E são os pequenos detalhes, os nomes que se repetem, as grades e

Terra-Livre-40.indd 45 23/07/2014 18:04:02

as imagens que se reiteram que, ao participarem da divisão e da contaminação entre os lados, fazem *sentir* a fronteira, mais do que percebê-la. Pelos elementos reiterados, extrair o seu *entre*: abrir o espaço para leitura.

Figura 1: Santana do Livramento (Brasil)-Rivera (Uruguay), 2007.



Fotografia de A. Dorfman.

Na Figura 1, imagine a linha, una os pontos. Observe o ciclista. Está claro que o limite estatal que aprendemos a reconhecer e a valorizar como disjunção está presente, assim como o transeunte. A escolha, na descrição da fotografia acima, sobre falar do trânsito ou da descontinuidade, é nossa.

Studium: o que a imagem fala do mundo

Uma imagem é essencialmente polissêmica, isto é, algo que parece já estar dado. É possível extrair dela todos os tipos de análises sociais e de época, a psicologia do próprio autor da imagem, os sentidos ocultos, as semióticas, a técnica, a matemática, os pontos de atenção proposital, as linguagens e o que mais se desejar. Uma imagem fala por aquilo que traz e por aquilo que ausenta, por seus elementos e significados que excedem o âmbito de suas margens. Foi isto o que Roland Barthes (2012) denominou de seu *studium*: o contexto, a realidade da imagem, esse quadro complexo do qual ela é apenas um recorte.

Terra-Livre-40.indd 46 23/07/2014 18:04:03

Não se trata, porém, de querer abranger tudo. Isto é impossível; percebemos aquilo com que possuímos ressonâncias, e é disto que iremos falar, pois não vemos aquilo que não aprendemos a pensar: como diria Caio Fernando Abreu (2002, p. 15), "uma coisa só começa mesmo a existir quando você também começa a prestar atenção na existência dela". Ler, criar ou interpretar uma imagem – *ou o espaço que ela representa* – é dotá-la de palavras, associar a ela códigos que a tornam compreensível e, então, comunicável. Mas é preciso ter cuidado: tudo aquilo que se diz ou se compreende de maneira automática, sem propriamente necessitar de uma tradução, é algo que, mesmo sem percebermos, já está impregnado pelos clichês dos códigos e discursos dados.

Se os modos de fazer já estão saturados de procedimentos e estéticas comuns, é de se esperar que a leitura e a interpretação das coisas feitas não fujam ao mesmo destino. Não só as leituras, mas também os modos de ler e os modos de ver estão saturados. O clichê está lá, tão inevitável quanto político. A escolha daquilo a que se dará voz diz respeito às visibilidades e invisibilidades discursivas que se produzirão, já que, como ressaltou Guacira Lopes Louro (2004), todo conhecimento traz consigo suas próprias ignorâncias: ao fazer falar certos elementos, silencia outros. Assim sendo, devemos forçar o caminho para longe daquilo que podemos fazer facilmente, se nossa intenção é também fugir das leituras rasas e das neutralidades falsas. Ampliar a imagem: jogar em suas bordas, explorar os seus contornos e trazer para junto outras coisas, outros elementos e caminhos que talvez se componham de forma a quebrar as leituras dadas.

E os modos de fazer e de interpretar ganham sentido ao se assumirem localizados, apalpando suas variações locais. Uma imagem pouco se desloca de sua situação espacial, dos contextos de sua produção e leitura (Ginzburg, 2007). As interpretações expressam a cultura espacialmente situada: o emissor é situado e a cultura em circulação no lugar condiciona-o e às representações que ele cria. Situação é um conceito bem explorado na geografia urbana, e refere-se à relação entre um lugar e seu entorno, enfatizando conexões e acessibilidade (Dorfman, 2012). Nesta afirmativa, há ecos do apelo da feminista americana Donna Haraway por saberes situados, em que a objetividade ganha corporeidade e se reconhece como construção social (1989). Podemos afirmar que, dependendo do lugar em que se produza a interpretação e a quem se dirija o argumento, representações muito diferentes das imagens vão aparecer. Ter presente o presente da representação ajuda a dispensar os clichês interpretativos, muitas vezes, originados em percepções distantes do lugar, e que o imaginam, por exemplo, como periféricos e marginais.

Terra-Livre-40.indd 47 23/07/2014 18:04:03

Figuras 2 e 3: Chuy (Uruguai) e Chuí (Brasil), 2008.





Fotografias de Jadson Porto (usadas com permissão).

As fotografias acima (figuras 2 e 3) mostram bancos de praça pintados singelamente de branco e azul, de verde e amarelo. É o contexto, nosso *studium,* que, por conjectura, nos informará que elas representam, por meio das cores do Uruguai e do Brasil, nações em suas margens (Das e Poole, 2008).

Punctum: o que a imagem fala de mim

As coisas, contudo, não falam só sobre ou dentro de seu contexto; elas também falam por si e por aquilo que dizem delas. Nesse sentido, Alberto Manguel (2001) defendeu que uma imagem nunca traz em si todas as suas possibilidades de significado, de modo que sua leitura nunca pode se declarar concluída. O passar do tempo, ao modificar pessoas, realidades e modos de pensar, possibilita que novas leituras sejam feitas, leituras estas que eram impossíveis anteriormente. Os lugares de enunciação recortam a imaginação geográfica. Isto porque a leitura surge do encontro da imagem – daquilo que se está lendo – com os elementos que seu leitor traz consigo, e que são, em muito, próprios de quem ele é, daquilo que traz consigo, do lugar que ele habita. Ler, afinal de contas, talvez seja menos um procedimento de escavar elementos que já estão no texto, e mais o de ocupar seus espaços com o que temos de mais nosso, de tornar este texto em nosso ter-

Terra-Livre-40.indd 48 23/07/2014 18:04:03

ritório – e, por "texto", não nos referimos apenas às suas facetas verbal e escrita, mas, sim, a tudo de que vimos falando: imagens, mapas, espaços, canções, pessoas, uma aula, ou tudo pelo qual se pode transitar textualmente.

Novamente, temos as palavras de Barthes (2012) a nos acompanhar: o *punctum* é justamente aquilo que, em uma imagem, nos fere, nos atravessa, nos seduz. Talvez seja algo completamente irrelevante, como uma sacola de compras, mas que, por algum motivo, produz um efeito, põe a imagem e o leitor em relação, desencadeando narração e compreensão. Identificar esses elementos, então, é tornar sensíveis as forças que nos atravessam, tornar conscientes as questões por meio das quais percebemos uma imagem. A bicicleta que evolui entre os marcos, na Figura 1, narra o limite ou as passagens?

Figura 4: Santana do Livramento, BR, 2007



Fotografia de A. Dorfman.

A Figura 4 nos apresenta um grupo de pessoas e suas compras em frente a um armazém. Elas têm bagagens – o que, em Santana do Livramento, não chama a atenção, porque, nesta cidade de fronteira, todos se ocupam em "passar". Mas para uma pessoa interessada no comércio transfronteiriço, foram justamente suas bagagens que nos atraíram a registrar a cena. As bagagens, corriqueiras na paisagem fronteiriça, acabaram por serem nosso *punctum.*

Um ano depois de feita esta fotografia, conhecemos pessoas de profissão "contrabandista". Todos eram uruguaios, *bagayeros* de Mercedes, uma cidade

Terra-Livre-40.indd 49 23/07/2014 18:04:03

perto da fronteira entre o Uruguai e a Argentina. Eles viajavam até dez horas para chegar a Livramento, onde compravam suas mercadorias: bastante bebida alcoólica brasileira, cigarros paraguaios, comestíveis baratos, lingerie.

Sentando-se num banco do armazém, pode-se ficar horas vendo-os "empacotar", o que quer dizer ver um deles vertendo vários litros de uísque em garrafas pet de guaraná, outro arrumando e rearrumando suas compras em caixas pequenas de uma marca barata de biscoitos, e muitos maços de cigarro sendo disfarçados em embalagens de erva-mate. Trata-se também de distribuir, sem muitas explicações, parte das compras entre as colegas que dispunham de mais espaço em suas sacolas.

Várias horas das excursões dos *bagayeros* são dedicadas à organização do "volume" (ou *bulto*). São gestos em busca do volume e da aparência: compactar a quantidade ou disfarçar os produtos mais controlados. Parece ser melhor contrabandear guaraná e erva-mate, produtos autorizados pelas tradições, que bebida e cigarros, também tradicionais, mas menos inocentes. Que mal pode haver numa caixa de biscoitos recheados? Imagem inocente, associada à infância, pouco criminaliza quem a portar, legalmente ou não.

Estas escolhas fazem parte da lógica que harmoniza aduaneiro-*bagayero*: convém mostrar respeito à patrulha. Elas representam o compromisso em jogar o jogo do *bulto*, do volume, do disfarce, não desacatando ostensivamente a ordem. A organização das mercadorias constitui, de certa forma, uma prática ritual necessária à passagem da fronteira: ao ordenar os produtos, com gestos conhecidos e repetidos, reafirmam-se os valores culturais, reproduzem-se modelos, adquire-se controle sobre o processo, assegura-se a ordem. Este momento mostra ainda que uma das vantagens do bando coeso é compartilhar a tarefa e a responsabilidade de carregar a mercadoria. E cabe lembrar que "arrumar" é um termo êmico, também usado como "subornar" (Dorfman, 2009). Tudo isto já estava naquela imagem ou foi a experiência de quem a viu?

Um espaço, da mesma forma que uma imagem, se produz pela composição de seus elementos, de forma que lê-lo passa por perceber aquilo que está nele, mas que só é visível ou importante na medida em que ecoa aquilo que é possível dentro de nossas linguagens. Mas não se trata – principalmente aqui – de estabelecer qualquer linearidade; o espaço, por aquilo que ele significa, é uma composição de descontínuos, uma rede de fragmentos e detalhes que só tem este sentido se em conjunto, em territorialidades que se alternam e sobrepõem. Assim como qualquer texto, o espaço faz transparecer um sentido pelos elementos que congrega, pelos efeitos que se manifestam pela rede de suas conexões, não pela mera linearidade de causalidades e de suas decorrências.

Terra-Livre-40.indd 50 23/07/2014 18:04:03

Figura 5: Santana do Livramento-Rivera, 2006.



Fotografia de A. Dorfman.

Observe a imagem acima. Ache o marco de fronteira. O limite está ali, correndo paralelo à rua. Compare-a com a Figura 1, em que o limite está claramente visível, no centro da imagem. O *punctum* que escolhemos é o marco, quase desaparecido, e não a tábua em primeiro plano, porém irrelevante para nós. O nosso *studium* permite estas escolhas e as subsidia, permite compreendê-las.

Na fronteira Brasil-Uruguai, pode-se falar de uma paisagem marcada, que incorpora as materializações do limite estatal como marca distintiva do lugar. A concretização mais conspícua do limite são os mais de 500 marcos de fronteira plantados na cidade e no campo a ela adjacente: pirâmides pintadas de cal, numeradas, indicando em suas faces a coexistência de Brasil e Uruguai. Os marcos fronteiriços saem da paisagem e são reproduzidos em logotipos comerciais e institucionais, alternando-se à representação das bandeiras nacionais entrelaçadas e ao recurso às palavras "fronteira", "divisa", "internacional".

As imagens que construímos, até aqui, mostram uma região em que a passagem é corriqueira e pouco problemática. Esta fronteira tem sido analisada, nos últimos trinta anos, como um espaço de integração, como uma "fronteira da paz", símbolo cultural do Mercosul. O cotidiano, na fronteira Brasil-Uruguai, desmente um estigma de violência que tem sido reforçado pela reprodu-

Terra-Livre-40.indd 51 23/07/2014 18:04:03

ção da imagem do crime nos noticiários nacionais recentes (Grimberg; Dorfman, 2013).

A região fronteiriça aqui estudada é frequentemente retratada, na mídia nacional, como um lugar de contaminação, onde a moral e a identidade nacionais sofrem influência dos valores externos. Esta influência é explicada pela mudança territorial e legal e pela situação periférica da região, o que, supostamente, levaria a um contato/contágio com o "outro" estrangeiro (Dorfman, 2009). Representações atuais mostram as fronteiras como lugares do crime, onde a presença do Estado se faz mandatória para recolonizar permanentemente o espaço e sua sociedade. Em um tema prenhe de valores políticos, criminalizam-se alguns trânsitos e não se detectam outros.

SEGUNDO MOVIMENTO – *da imagem expansiva à imagem repressiva*

O artista, o fotógrafo, o arquiteto, o jornalista ou o pesquisador – ou qualquer pessoa que tome por tarefa criar algum tipo de imagem – trabalham em um ato essencialmente comunicativo. Este processo se dá com representações, por certo, mas também por meio de materializações de um imaginário, um registro, cenas ou cenografias que pretendem transmitir um efeito ou uma sensação. Para isto, os meios podem ser vários. Até aqui, afirmamos que não existem procedimentos ou imagens corretos, ou leituras corretas, nada disso. Cada escolha, cada procedimento ou cada recorte tem por efeito algo diferente, e cabe às intenções desta comunicação eleger o que lhes parecer mais apropriado – "apropriado" nos leva ao entendimento de que possui intencionalidade, campo de sujeitos e poderes que recortam e deturpam em benefício daquilo que lhes é interessante.

As câmeras de segurança, que são instaladas de modo a mostrar, a identificar e a controlar sujeitos e espaços específicos, introduzem o segundo movimento. A ideia de que qualquer imagem é fruto de um recorte e de uma série de escolhas mais ou menos conscientes, mais ou menos intencionais (que, sabemos, pode ou não ser representativa de uma totalidade), se evola. As imagens das câmeras de segurança têm sempre um estatuto de verdade, posto que mostram algo que, de alguma maneira, "estava lá": desta forma, os discursos que se fazem sobre elas, não importa o quão distorcidos sejam, terão sempre o respaldo "realista" de seu retrato.

Se a imagem comunica por meio do *studium* do interlocutor, como a imagem da vigilância comunica a fronteira, para ela mesma e para os grandes

Terra-Livre-40.indd 52 23/07/2014 18:04:03

centros? Noutro escrito, Roland Barthes (2004) se referiu ao "efeito do real", à verossimilhança. Conforme Paola Leblanc, este efeito é o propósito das câmeras de segurança, pois

> com seus quadros fixos em baixa resolução, seus videogramas saltados, seus pontos de vista panorâmicos e seus caracteres de hora e data inscritos na tela, o circuito de vídeo-vigilância produz imagens "autênticas" que suprem uma demanda por imagens da "realidade" (Leblanc, 2009: 367-8).

O monitoramento eletrônico, na fronteira gaúcha, não é uma novidade. Há alguns anos, a Receita Federal do Brasil emprega câmeras em seus postos aduaneiros (Figura 6). A Polícia Rodoviária Federal possui *scanners* embarcados a fim de coibir o contrabando. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) emprega *scanners* de alta tecnologia, no Vigiagro, para a fiscalização de produtos ou insumos agropecuários, em locais de trânsito internacional. Cabe notar que todas as agências de governo citadas funcionam numa lógica nacional, em que os espaços fronteiriços devem operar como lugares de controle do território.

Figura 6: Barra do Quaraí, BR, 2013.



Fotografia de Daniela Grimberg (usada com permissão).

Terra-Livre-40.indd 53 23/07/2014 18:04:03

Na fotografia acima, veem-se os limites da fronteira: barreira e câmera no posto da Receita Federal do Brasil, antes da ponte que liga ao Uruguai (nas cidades-gêmeas de Barra do Quaraí/BR, Bella Unión/UR e Monte Caseros/AR), usada cotidianamente pelos habitantes do lugar em seus percursos de trabalho, de estudo e de abastecimento. A cuia, no primeiro plano, é um símbolo regional, e representa o recipiente do mate, bebida característica dos hábitos dos gaúchos, sejam eles brasileiros, uruguaios, paraguaios ou argentinos. O que se destaca mais na fotografia: a integração ou a barreira de controle? No nosso caso, o *punctum* é justamente a sobreposição destes dois conceitos.

Mesmo o emprego de câmeras pelos poderes municipais, na escala intraurbana, não é inédito. Em Bagé, cidade que pode ser entendida como um "nó" na rede de transportes e serviços da parte mais ao sul da fronteira do Rio Grande do Sul, há uma central de videomonitoramento. Com um processo de instalação iniciado em 2008, as câmeras desta central são, hoje, monitoradas por um agente municipal de trânsito e um soldado da Brigada Militar. Há 25 câmeras, em Bagé, que abrangem o centro urbano do município, e funcionam na lógica do controle do crime urbano. Quando ocorrências são ali identificadas, a Brigada Militar é mandada ao local. Dada a possibilidade de gravação das imagens, a cena do crime é arquivada e, frequentemente, distribuída à imprensa, que a reproduz nas páginas policiais do jornal e nos noticiários televisivos locais.

Os funcionários da central de videomonitoramento de Bagé asseguram que a área monitorada (o centro da cidade) "ficou mais segura", ou seja, teve seus índices de violência rebaixados (entrevista, 2013). As principais ocorrências, segundo estes profissionais, eram o furto e o uso e a venda de drogas. A prostituição (uma questão paralela), no entanto, também foi afetada. As ruas do centro abrigavam prostituição, e, com a vigilância e a possibilidade de publicização das imagens, trabalhadoras e trabalhadores do sexo deixaram o centro e migraram para áreas mais periféricas na cidade. Ainda que o videomonitoramento pudesse trazer mais segurança para estes trabalhadores, seus clientes demandavam um ambiente discreto, incompatível com câmeras de vigilância. Com isto, agora são as lideranças dos bairros periféricos que pedem a instalação de câmeras, para que a prostituição seja afastada de suas regiões. Alguns, inclusive, instalaram suas próprias câmeras, e as monitoram de forma independente, afirmando que estas ações ampliam a segurança de suas comunidades (entrevista, 2013; grupo focal, 2013) (Figura 7).

Terra-Livre-40.indd 54 23/07/2014 18:04:03

Figura 7: Bagé, 2012.



Fonte: webpage do jornal *Folha do Sul Gaúcho* (uso autorizado).

Na fotografia acima, um flagrante de uso de drogas que levou os policiais a agirem. Esta imagem poderia representar uma cidade insegura, uma fronteira desguardada, com carência social, ou questionamentos pela proibição de determinadas substâncias. É a interação *punctum-studium* que vai determinar a leitura destas imagens, amplamente divulgadas. A publicização de imagens e a perda de privacidade, fatores comuns nos modernos sistemas de vigilância, não são vistas como um problema, para as autoridades, sendo entendidas, pela sociedade em geral, como um custo razoável a se pagar pela ampliação da segurança (Melgaço, 2010). No caso acima, observa-se que, mais do que ampliar a segurança, tem-se um realocamento dos comportamentos controlados.

Cercamento eletrônico na fronteira gaúcha

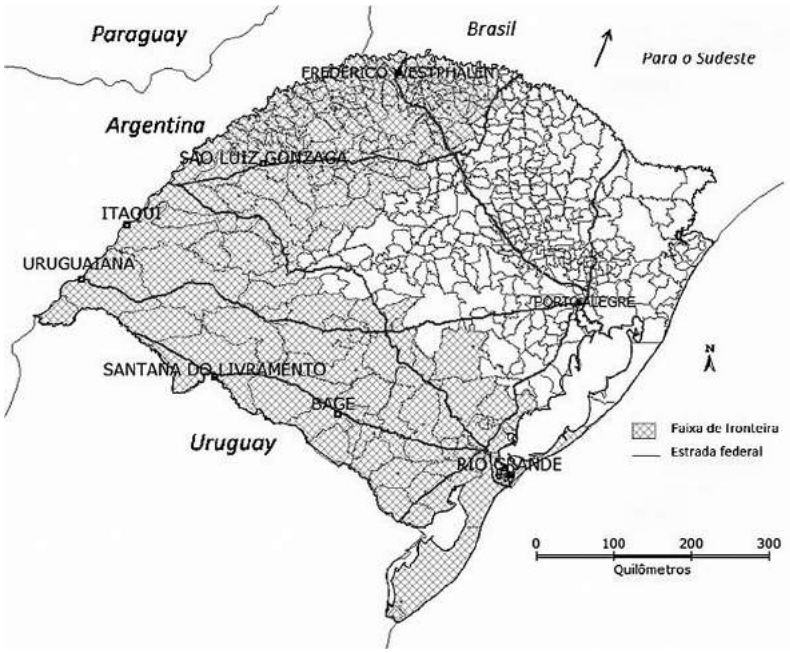
Recentemente, uma portaria da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP-MJ) estabeleceu a instalação de câmeras em seis cidades gaúchas, inclusive em Bagé (Brazil, 2013). Esta iniciativa visava ao cercamento eletrônico da fronteira entre o Brasil e o Uruguai e inseria-se na chamada ENAFRON, (Estratégia Nacional de Fronteiras), do governo federal brasileiro. Criada em 2011, por meio do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF),

Terra-Livre-40.indd 55 23/07/2014 18:04:03

a ENAFRON abrange todas as unidades da federação que são fronteiriças, e tem como objetivo combater os ilícitos transfronteiriços e aumentar a segurança da região (Brasil, 2011).

Para o videomonitoramento do Rio Grande do Sul, são destinados 39 milhões de reais, que incluem a implementação de sistemas de vigilância em Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento, Uruguaiana, São Luiz Gonzaga e Itaqui (Figura 8).

Figura 8: Cercamento eletrônico da fronteira gaúcha: cidades que receberão câmeras por meio da ENAFRON. 2013.



Fonte: elaboração de Dorfman, França e Corseuil. Cartografia de Erika Collischonn.

Como se pode observar por meio do exame do mapa, trata-se de instalar câmeras em intervalos mais ou menos regulares, em cidades da fronteira que estejam nas vias que dão acesso a Porto Alegre, capital estadual, e às regiões do sudeste populoso e industrializado.

Em trabalho de campo financiado pelo ENAFRON, percorremos a fronteira gaúcha e aplicamos questionários a todas as autoridades municipais e estaduais de segurança pública presentes nos municípios (Brigada Militar, Polícia Civil e secretarias municipais de segurança e trânsito), bem como algumas federais

Terra-Livre-40.indd 56 23/07/2014 18:04:03

(Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, em alguns casos). Também por conta desta vinculação, participamos de reunião do GGI-F (Grupos Gestores Integrados de Fronteira) sobre o videomonitoramento, e tivemos acesso às normativas técnicas e legais no processo de instalação do sistema.

Poderíamos dizer que existe um processo de securitização na fronteira gaúcha, em um sentido mais amplo do que a problemática usualmente associada ao controle dos limites, aquela da invasão do território nacional, uma questão estritamente militar (Buzan, Waever & Wilde, 1998; Dorfman & França, 2013). A ENAFRON está sendo implementada em um contexto de *state building* do Brasil, e preocupa-se em controlar os fluxos que entram no território brasileiro, especialmente os de drogas e armas que têm origem no Paraguai e no Uruguai e por destino as metrópoles do sul e sudeste brasileiros. Recorre-se ao clichê da fronteira como lugar do crime (Figura 9). O processo de securitização nas fronteiras, que é a mobilização extraordinária de recursos para enfrentar ameaças, é apresentado, nesses planos, não como repressão, portanto, mas como prevenção da violência urbana.

Figura 9: Fronteira do Brasil: eventos criminosos.



Fonte: Brasil, Ministério da Justiça. http://portal.mj.gov.br/data/documments/storedDocumments/%7B334203AD-A534-4BDE-AD1D-36342782BAB4%7D%7B85480D21-9314-478B-BB80-E9BDA7E2CD19%7D/mapa_crimes.gif

Terra-Livre-40.indd 57 23/07/2014 18:04:04

O que chama atenção, na Figura 9? A fronteira, como uma linha grossa vermelha, impenetrável? Os crimes, representados na região fronteiriça, dentro do território nacional? A estigmatização fica ainda mais evidente quando nos recordamos do *studium* desta imagem, no portal do Ministério da Justiça do Brasil.

A partir da redemocratização, a fronteira gaúcha vinha sendo representada como precursora da integração regional, e, em 2009, Santana do Livramento foi declarada, pelo governo brasileiro, cidade-símbolo da integração brasileira com os países-membros do Mercosul. Chama a atenção que, hoje, as polícias e forças armadas presentes nos municípios fronteiriços, dialogando com a mídia nacional, transformaram a imagem da "fronteira da paz" em "fronteira do controle". Estão, na verdade, combatendo violências que se materializam distantes de seus lugares de ação, nos centros econômicos e financeiros do sudeste brasileiro.

Existem problemas de violência, na escala local, nas cidades da fronteira? Um indicador clássico de violência (a taxa de homicídios) nos leva a uma resposta negativa. A média global de homicídios por 100 mil habitantes, em 2010, foi de 6,9, e a média brasileira, acima de 20 (UNODC, 2011). A média, no Rio Grande do Sul, é de 15,4 por 100 mil habitantes, enquanto a média da região das principais cidades fronteiriças é de 9,5 homicídios por 100 mil habitantes. Analisando os municípios caso a caso, o argumento fica ainda mais claro (Tabela 1). Apesar de o índice de violência das menores cidades parecer alarmante, são distorções relacionadas à baixa população, e não parecem sustentar a implementação de pelo menos dez câmeras. Por que, então, mobilizar tantos recursos que se baseiam em uma imagem que não corresponde à realidade? Justamente porque o discurso da violência urbana comunica isto, de forma imperativa, aos grandes centros, que não questionam, em momento algum, sua relevância ou o estigma que criminaliza a fronteira.

Em contextos outros, já se construiu a noção de que há uma aceitação tácita da câmera como solução para a violência urbana (Melgaço, 2010). Neste caso, pretende-se, inclusive, integrar as câmeras na fronteira com as câmeras da capital do estado (Porto Alegre), criando uma verdadeira rede de vigilância. Precisamos nos perguntar, porém, o que efetivamente se quer vigiar, o que a imagem do videomonitoramento quer captar, transmitir e reproduzir, já que a violência urbana não parece ser o caso. A própria localização das câmeras evidencia isto (nos pontos de entrada, no território brasileiro), de modo que esta estratégia opera baseada em duas imagens: a da violência urbana e a da fronteira como lugar do crime.

Terra-Livre-40.indd 58 23/07/2014 18:04:04

Tabela 1: Municípios, população, taxa de homicídios e câmeras a serem instaladas.

	Homicídios por 100 mil habitantes em 2011	Mínimo de câmeras a serem instaladas	População em 2011
Rio Grande	10,6	15	196 mil
Bagé	8,5	15	117 mil
Santana do Livramento	7,3	13	82 mil
Uruguaiana	5,6	15	125 mil
Itaqui	10,5	10	38 mil
São Luiz Gonzaga	14,5	10	34 mil
Média dos municípios	9,5		
Média do Brasil	21		

Fonte: elaborado por Dorfman, França e Corseuil, com dados da SSP-RS (2011) e Brasil (2012).

Precisamos também atentar para o fato de que esse processo de cercamento mobiliza grandes somas e diversas instituições plenamente legitimadas no contexto de segurança contemporâneo. A ENAFRON estabeleceu os chamados GGI-F(Grupos Gestores Integrados de Fronteira). O GGI-F é o espaço de diálogo entre os governos executivos federal, das unidades da federação, dos municípios, dos líderes locais e das instituições de controle e repressão (Decreto ENAFRON, 2011). O processo de cercamento foi pauta de reuniões do GGI-F e, portanto, debatido com os representantes democráticos pertinentes. Construí-lo como completamente autoritário seria um erro que, no máximo, criticaria as deficiências do sistema representativo. Cercar a fronteira com câmeras não é um projeto empurrado de cima pra baixo, na esfera política, mas debatido da forma mais horizontal possível, nas práticas de governo de participação limitada. A demanda por segurança é generalizada, na sociedade contemporânea, por meio de campanhas midiáticas, e o recurso às câmeras é aclamado, inclusive pela população da fronteira, que pouco associa estas medidas à sua própria estigmatização no contexto nacional.

As violências na fronteira

Houve quase unanimidade, entre as autoridades dos órgãos de segurança entrevistadas durante a pesquisa na fronteira gaúcha, em apontar a falta de efetivo

Terra-Livre-40.indd 59 23/07/2014 18:04:04

como principal carência no combate ao crime. Quanto aos problemas de segurança da população, a violência doméstica e os furtos relacionados ao mercado de drogas foram as principais preocupações. As câmeras de vigilância ampliariam os olhos do policial, reduzindo, em teoria, a carência de efetivo.

Esta ampliação do olhar, no entanto, não é indiscriminada. O local de instalação das câmeras precisa ser cartografado, detalhado e justificado. Os argumentos para a escolha dos pontos incluem "locais de passagem", "locais de aglomeração" e "locais de muito movimento". Não há câmeras na zona rural. Apesar das justificativas para a vigilância, um índice de criminalidade zero seria uma meta impossível de se alcançar, bem como o de comércio transfronteiriço ilegal nulo.

Podemos entender o videomonitoramento atuando nos três tempos do crime. No passado, servia de material investigativo que poderia levar aos criminosos; no presente, permite que as ocorrências possam ser identificadas em tempo real e os órgãos de repressão possam ser acionados; no futuro, previnirá crimes pela possibilidade de haver imagens gravadas (Melgaço, 2010). Nesse sentido, o videomonitoramento pode ser eficaz apenas para as ocorrências envolvendo drogas, mas é de absoluta ineficácia no combate à violência doméstica. Afirmamos, em verdade, que os dois problemas nas cidades da fronteira estão ligados à drogadição, dada a relação entre alcoolismo e violência doméstica que se verifica nas fronteiras do Brasil com o Uruguai e Argentina (Elaine, 2007). Se, por um lado, estes problemas são amenizados fechando-se a fronteira para as drogas ilícitas e sobretaxando as drogas lícitas, também se resolvem ampliando-se os centros de tratamento, as campanhas educativas e as assistências jurídica e psicológica às vítimas das drogas e da violência.

Reconhece-se que os governos federais e estaduais estão, simultaneamente, tomando medidas preventivas e repressivas. Campanhas como a "RS Lilás", para a prevenção da violência doméstica no Rio Grande do Sul, e o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), para a conscientização infantil quanto à drogadição, estavam presentes nas localidades pesquisadas. Reconhece-se, enfim, a concomitância "do tempo curto dos sistemas de vigilância e defesa e do tempo longo da arquitetura da cidadania e da integração dos povos fronteiriços" (Machado, 2005).

Reconhece-se também que as medidas repressivas são mais midiáticas e noticiáveis que as preventivas. A vigilância, ironicamente, invisibiliza as ações sociais dos próprios agentes públicos, já que a violência da espionagem passa por cima de medidas socioeducativas, patrimônios culturais e naturais,

Terra-Livre-40.indd 60 23/07/2014 18:04:04

e chega primeiro ao noticiário. A fronteira, já estigmatizada, é ainda mais estereotipada.

O lugar seguro passa a ser aquele de ruas seguras, em que carro algum transita sem ter sido escaneado, e mercadoria nenhuma circula sem o pagamento dos devidos impostos. Este lugar seguro, no entanto, pode ser tudo isto e ainda ser um lugar com índices de violência doméstica alarmantes, drogadição de jovens em patamares inaceitáveis e de profissionais do sexo expostos à violência da marginalização. As câmeras são observadas pela rede local, que sempre vai visibilizar e invisibilizar o que lhe convém. No fim, a violência e a segurança que importam são aquelas que apetecem às redes de poder que possibilitam a construção desse sistema de vigilância.

Claude Raffestin (1993) afirmou que a produção dos territórios se faz pela intenção de um ator em avançar seu projeto, selecionando nós e conexões favoráveis à sua consecução. A construção de um território também se baseia na construção de sua representação, elencando centralidades e periferias, lugares a valorizar e a criminalizar. Por fim, a multidimensionalidade dos territórios é construída, afirmou ele, pela relação – conflitiva ou coincidente – entre os diferentes atores neles presentes. O Estado é um ator com grande capacidade sintagmática – de comunicar seu projeto (Raffestin, 1993). A instalação de câmeras é mais um lance na produção do território. O conteúdo do projeto é a ampliação do controle na circulação de pessoas e mercadorias. O empoderamento de grupos já no poder é intrínseco a este projeto, ignorando necessidades de grupos mais afastados do poder: mulheres, jovens, fronteiriços. A representação do espaço subjacente a este projeto lança mão de imagens que reforçam a marginalidade da fronteira e o perigo nos espaços públicos.

Cabe discutir, ainda, como a construção dos sistemas territoriais se faz nas escalas regional e local. As câmeras de segurança partem de investimento federal, que se destina à compra de equipamentos de agentes privados, que serão manipulados por agentes municipais para acionar forças de repressão estaduais (Brigada Militar e Polícia Civil) e federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal). Há um jogo de escalas que leva à superação dos limites tradicionais entre segurança interna e segurança externa, daí advindo a necessidade de consolidação de uma concepção mais dinâmica de fronteiras internacionais, entre a soberania de cada Estado, agentes privados e um sistema mundial de segurança (Bigo, 1996; Machado, 2012).

Terra-Livre-40.indd 61 23/07/2014 18:04:04

CONSIDERAÇÕES FINAIS – *A expansão e a repressão por imagens: uma discussão situada na fronteira Brasil-Uruguai*

Instaladas em meio urbano (mais por limitações técnicas), as câmeras de segurança são destinadas a conter os fluxos transnacionais ilícitos. Mas quem assiste às imagens das câmeras são agentes municipais. Aquilo que chama atenção numa imagem, o que se torna objeto de investigação ou de repressão não é algo que está dado. O velho argumento de que, por ser produzida por um aparato técnico, a imagem não é mais do que um retrato da realidade – portanto, um *studium* puro – se esvazia ao pensarmos que não só as câmeras são operadas por pessoas, como elas só estão em um lugar por terem sido postas lá *por alguém, sob algum argumento*. A imagem da vigilância também é política na mão daqueles que as gerenciam – a política, afinal de contas, é a arte de eleger prioridades. Cabe à rede local, portanto, decidir qual imagem levará ao acionamento de forças de repressão e investigativas e qual não vai, onde vai instalar câmeras e onde não vai. No fim, cabe às redes de poder local a visibilidade do crime, mesmo que o aparato técnico que permite esta visibilidade não seja local. Nenhuma imagem é mais situada que a do videomonitoramento em seu fluxo pelos canais da segurança.

A intencionalidade das câmeras recorta espaços, sujeitos e interesses: para que e para quem, afinal, serve esta vigilância? Quais os sujeitos que decidem, e sobre quais sujeitos incidem suas decisões? Esse estado de permanente visibilidade, o jogo ininterrupto dos olhares direcionados e calculados, como nos falou Michel Foucault (2008), compara, diferencia, homogeniza e exclui – em suma: *normaliza*. E a normalidade, novamente, não é algo dado: ela é fruto do exercício de um poder, de códigos explícitos e implícitos que estabelecem as fronteiras de uma uniformidade da qual é desejável suprimirem-se as texturas do diferente. Ou, antes disso, estabelecem quais diferentes são possíveis, quais os tipos e as intensidades das variações toleráveis sob uma determinada cultura. Aquilo que o excede é excluído, marginalizado, criminalizado. E, se localizar e controlar comportamentos indesejáveis é o objetivo das imagens de vigilância, então, eles são seus *puncta*: aquilo que "salta" em meio a uma multidão que passa. A multidão, assim como a fronteira, um local de multiplicidades e trocas, de efeitos coletivos, de identidades que se fundem e que, no âmbito da vigilância, são abolidas em prol de um conjunto de individualidades enumeráveis e controláveis, em favor daquilo que separa, mais do que daquilo que une.

Terra-Livre-40.indd 62 23/07/2014 18:04:04

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. F. *As frangas*. Porto Alegre, Brasil: Globo, 2002.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2012.

_____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BIGO, Didier. "Guerres, conflits, transnational et territoire" (Partie 1). In : *Cultures & Conflits* 21, 211, 1996.

BRASIL. Decreto nº 7.496, 8 de junho de 2011. Disponível em http://www.tinyurl.com/b32rdfc.

BRASIL. Portaria 38, 10 de maio de 2013, da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Diário Oficial da União de 14 de maio de 2013, Brasília: Imprensa Nacional, 2013.

BUZAN, B., WAEVER, O.; WILDE, J. *Security: a new framework for analysis*. Colorado: Lynne Rienner, 1998.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. "El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas." In: *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 8, Madrid, p. 1-39, 2008.

DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese de doutorado. Florianópolis, 2009. Disponível em http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0367-T.pdf.

_____. "A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória." In: *Estudios Historicos*, 1, 2009.

_____. "Representações, normas e lugares: contos de contrabando da fronteira gaúcha." In: *Para Onde!?* (UFRGS), v. 6, p. 102-113, 2012. Disponível em http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/36487 Acesso em 16 setembro 2013.

DORFMAN, A.; FRANÇA, A. B. C. "Espaço e segurança pública na fronteira gaúcha."In: *Revista Geonorte*, 3(7), 1105-1115, 2013.

ELAINE, M. S. *O uso do álcool e a violência doméstica*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2008.

Terra-Livre-40.indd 63 23/07/2014 18:04:04

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GRIMBERG, Daniela; DORFMAN, Adriana. "Alcances e limites do acompanhamento de notícias na pesquisa sobre o contrabando de agrotóxicos na Região Sul do Brasil." In: COSTA, G. V. L. da; BIVAR, V. dos S. B.; ANDRADE, F. A. M. de (orgs.). In: *Fronteira em questão: múltiplos olhares*. Corumbá: EdUFMS, 2013.

HARAWAY, Donna. "Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective." In: *Feminist Studies*, Vol. 14, n. 3, pp. 575-599, 1988. Disponível em http://www.jstor.org/stable/3178066. Acesso em 07 agosto 2012.

LEBLANC, P. B. "Composição para circuito de videovigilância." In: FIRMINO, R.; BRUNO, F.; KANASHIRO, M. (orgs.). *Vigilância, segurança e controle social na América Latina* (pp. 466-486). Curitiba: PUCPR, 2009.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Lia O. "Ciência, tecnologia e desenvolvimento na faixa de fronteira do Brasil." In: *Parcerias Estratégicas*, n. 20, pp. 747-766, 2005.

_____. "Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança." In: *Geopolítica das Drogas* (Textos Acadêmicos); Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2011.

MANGUEL, A. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELGAÇO, L. *Securitização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SSP-RS. Indicadores Abertos – Por município – 2011. 2011. Disponível em http://tinyurl.com/m4ptce6. Acesso em 13 junho 2013.

UNODC. Global Study on Homicide 2011, Viena: UNODC, 2011. Disponível http://tinyurl.com/72blpzw.

Terra-Livre-40.indd 64 23/07/2014 18:04:04